

Segunda iniciativa contou com 300 participantes:

# 1º Congresso Nacional da Economia Social 2017

Decorreu, no passado dia 18 de Abril, na Póvoa de Varzim, a Sessão Temática “A Economia Social e o relacionamento com o Estado”, a segunda iniciativa inserida no âmbito do Congresso Nacional da Economia Social, que contou com a presença de figuras relevantes para o sector e cerca de 300 participantes. Na sessão de abertura, numa reflexão global sobre o sector da economia social, estiveram presentes o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, o Presidente da Agros e anfitrião da iniciativa, José Fernando Capela, o Padre Vítor Melícias e o Presidente da Comissão Organizadora do Congresso Nacional da Economia Social, Francisco Silva.

O evento contou com a apresentação, por parte do presidente da Direcção da CASES, Eduardo Graça, do livro “Conta Satélite da Economia Social”, um trabalho conjunto do INE e da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. A 2.ª sessão temática do Congresso Nacional da Economia Social foi encerrada pelo Comendador Manuel Santos Gomes, Presidente da CONFAGRI e pelo Padre Vítor Melícias.

Dependências acompanhou o evento e, no final, entrevistou o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva.



**VIEIRA DA SILVA,  
MINISTRO DO  
TRABALHO,  
SOLIDARIEDADE E  
SEGURANÇA SOCIAL**  
*“É fundamental  
aplicar critérios  
de transparência  
na concessão de  
apoios”*

**Falamos aqui em economia social, as contas revelam 14 mil milhões investidos e direccionados para o sector... Será preciso fazer mais? Está o Governo a ponderar aplicar mais medidas que favoreçam o sector?**

**Vieira da Silva (VS)** – Sim, consta do Programa de Governo um programa nacional de apoio à economia social, movimento que, como vimos, agrega muitos e diferentes sectores, desde as cooperativas às IPSS, e alguns desses mecanismos assentam em programas específicos para esses sectores. O Governo está muito empenhado em reforçar o papel da economia social no que respeita precisamente às respostas sociais, mais investimento e estabilidade no apoio às instituições que trabalham no domínio social, seja na primeira infância, nos mais idosos ou nas pessoas com deficiência, com um conjunto de medidas que estão a ser tomadas e algumas já no terreno para reforçar o papel do Estado no apoio a essas instituições. Obviamente, este trabalho do congresso irá também permitir que o Governo e o Estado no seu todo tenham um interlocutor mais estruturado, que permita organizar de forma mais eficaz esta relação antiga, exigente e sempre difícil entre o Estado e o sector social. Agora, o mais importante é valorizar este sector, cujos números são, como vimos, muito impressionantes, com 6 por cento do emprego em Portugal e esperamos que continue a ser um pilar da recuperação económica e da criação de emprego, como vai sucedendo.

**Mas, em concreto, haverá já medidas de apoio preconizadas para o próximo Orçamento de Estado?**

**VS** – Sim, iremos muito brevemente, por exemplo, no sector social, assinar o acordo para os próximos dois anos e será muito brevemente divulgado um conjunto de iniciativas para reforçar a articulação do Estado com estes sectores. Existem dimensões que são transversais, como tudo o que tenha a ver com fiscalidade... E o Governo está disponível e empenhado



para colaborar com as organizações do sector no estudo e na procura de soluções que assegurem que não se verifique uma discriminação deste sector e que haja incentivos positivos para o seu crescimento. Principalmente porque existe uma dimensão em relação à qual pouco falamos, a dimensão territorial. Em muitas economias locais, o sector social é o principal empregador e a principal actividade. Já hoje são transferidos meios financeiros muito significativos para esse sector e pretendemos continuar a fazer com que isso aconteça.

**Também se ouviram aqui algumas críticas ao sector da economia social, designadamente no que concerne à dependência... Porquê essas críticas hoje?**

**VS** – Não creio que seja hoje... Essas críticas sempre existiram... Quando o Estado se relaciona com milhares de instituições e, muitas vezes, com apoios financeiros, é expectável que haja quem condicione. O mais importante é saber como depois respondemos a esses riscos. Julgo que é fundamental aplicar critérios de transparência na concessão de apoios e julgo que é isso que estamos a fazer em todas as áreas. E há que referir que esses apoios não são mais do que a contratualização da prestação de serviços que são prestados a bem da comunidade, daí que pretendamos que a justiça e equidade desses apoios sejam garantidas através de mecanismos de clara transparência. Nomeadamente, recorrendo sempre a concursos públicos.

